



DESAFIOS ENFRENTADOS NO ACESSO À ATENÇÃO PRIMÁRIA PELA POPULAÇÃO TRANSGÊNERO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

ANA BÁRBARA MENDONÇA SOUZA ARRUDA; GERALDO MORAIS REZENDE NETO; VIVIANE SANTOS BORGES

RESUMO

O termo “transgênero” se refere a indivíduos que possuem uma identidade de gênero diferente do sexo designado ao nascimento. As pessoas transgênero (PT) correspondem a aproximadamente 2% da população brasileira e mais de 20% dos casos mundiais de HIV, além de altas taxas de doenças psíquicas. Entretanto, apesar da elevada prevalência de doenças infecciosas e psicológicas, essa população enfrenta diversos problemas no acesso aos serviços de saúde, principalmente aos serviços ofertados pela Atenção Primária à Saúde (APS). Baseado no exposto, o objetivo dessa revisão integrativa foi investigar os desafios enfrentados pelas PT no acesso à APS no contexto do SUS. Definida a questão clínica, a busca foi realizada nas bases de dados PubMed, Scielo e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde). Foram selecionados estudos originais e revisões sistemáticas publicados nos últimos 10 anos, que contemplassem o objetivo do estudo. Foram encontrados 1.142 estudos e, após análise criteriosa, oito foram selecionados. Diante dos resultados, verificou-se que a maioria dos obstáculos para o acesso da população transgênero à APS se encontra em âmbito do próprio sistema de saúde, relacionados a intolerância e inexperiência médica em relação aos cuidados específicos das PT, além dos desafios enfrentados na esfera familiar e social. Considerando todas as barreiras enfrentadas pela população transgênero no acesso aos serviços de saúde na APS, urge a necessidade de fortalecer as políticas públicas voltadas para esse grupo específico visando o acolhimento, cuidado longitudinal e capacitação dos profissionais de saúde, garantindo, dessa forma, dignidade e respeito nos cuidados prestados pelos serviços públicos de saúde às pessoas transgênero.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde; Pessoas Transgênero; Desigualdade em Saúde; Desafios; Minorias Desiguais em Saúde e Populações Vulneráveis.

1 INTRODUÇÃO

A palavra “gênero” está relacionada a uma construção social que envolve comportamentos associados à masculinidade e feminilidade, os quais são atribuídos a cada sexo. Este último é empregado para descrever características biológicas estáveis e fixas, determinadas de acordo com a genitália externa. Pessoas transgênero (PT) são aquelas cuja identidade de gênero difere do seu aspecto biológico (HOLLAND *et al.*, 2024).

Atualmente, os indivíduos transgêneros constituem uma parcela significativa da população. De acordo com um estudo conduzido por Spizzirri e col. (2021), estima-se que aproximadamente 2% da população adulta brasileira se identifica como transgênero ou não-binária (SPIZZIRRI *et al.*, 2021). Apesar dessa estimativa, esse grupo populacional enfrenta disparidades na esfera da saúde quando comparados aos indivíduos cisgêneros. Tais diferenças englobam taxas mais elevadas de doenças mentais, infecções sexualmente transmissíveis (IST) e uso de substâncias lícitas e ilícitas, contribuindo, por conseguinte, para prognósticos desfavoráveis no curso da vida. (GILBEY *et al.*, 2020).

Nesse cenário, a população transgênero tem necessidades específicas de saúde e os serviços ofertados pela Atenção Primária à Saúde (APS) têm papel fundamental no atendimento a essas demandas. No entanto, vários são os desafios vivenciados pelos transgêneros no acesso aos serviços de saúde da APS, dentre esses, a falta de atendimento especializado em medicina transgênero e a violência institucional caracterizada por discriminação, agressões verbais e negligência são importantes componentes inibidores do acesso à saúde, principalmente quando somados às barreiras socioeconômicas prevalentes nessa população (JESUS, Mariana Karolina *et al.*, 2023).

Considerando a APS como a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) regida pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização e da equidade, é imprescindível que as PT tenham dignidade e respeito nos cuidados prestados pelos serviços públicos de saúde. Baseado no contexto da vulnerabilidade dessa população, o objetivo desse estudo foi investigar os desafios enfrentados pelas PT no acesso à APS.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa, norteada pela seguinte pergunta de pesquisa/revisão: “Quais são os desafios enfrentados pela população transgênero no acesso aos cuidados prestados pela Atenção Primária à Saúde?”.

Para a busca, utilizou-se os descritores “Atenção Primária à Saúde”, “Pessoas Transgênero”, “Desigualdade em Saúde”, “Minorias Desiguais em Saúde e Populações Vulneráveis”, “Desafios”, combinados ao termo booleano “AND”. A busca foi feita nas bases de dados Medline via Pubmed, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Scielo. Foram selecionados estudos originais e revisões sistemáticas publicados nos últimos 10 anos, nos idiomas português e inglês que contemplassem o objetivo do estudo. Dois pesquisadores devidamente treinados avaliaram os estudos de forma independente, seguindo ferramentas apropriadas para a inclusão e/ou exclusão dos títulos selecionados. Teses e monografias foram excluídas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, foram encontrados 1.142 estudos. Posteriormente, os resumos foram analisados e oito foram selecionados. Os principais desafios abordados nos estudos selecionados estão apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 - Caracterização das publicações por autoria, desenho de estudo, amostra (local) e principais desafios no acesso à saúde vivenciados pela população transgênero.

Autores (ano)	Desenho de estudo	Amostra (local)	Desafios
GILBEY, Dylan <i>et al.</i> (2020)	Revisão sistemática	38 estudos incluídos na revisão	Recursos inadequados, falta de acessibilidade; estigma antecipado; preocupações com a confidencialidade; baixa capacidade dos prestadores de serviços de fornecer cuidados de apoio.
HOLLAND, Daisy <i>et al.</i> (2024)	Revisão sistemática	16 estudos incluídos na revisão	Profissionais insuficientemente treinados; discriminação e falta de confiança no serviço prestado.

SEHNEM, Graciela <i>et al.</i> (2017)	Estudo de campo descritivo	10 participantes (Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul)	Serviços de saúde constituídos de ambientes hostis e desacolhedores; discriminação e estigma relativos ao exercício não-heteronormativo nos cenários de assistência. Conhecimento restrito dos enfermeiros em relação à saúde transgênera; resistência e desinformação dos profissionais de saúde acerca da utilização do nome social. Desconhecimento dos profissionais de saúde das iniciativas governamentais e a legislação voltada à população LGBT.
SPIZZIRRI, Giancarlo <i>et al.</i> (2021)	Estudo transversal	6.000 participantes (Brasil)	Profissionais não preparados para fornecer suporte adequado; acesso limitado à saúde; dificuldades socioeconômicas.
JESUS, Mariana Karolina <i>et al.</i> (2023)	Estudo descritivo e exploratório	Quatro participantes (Minas Gerais, Brasil)	Judicialização para atendimento cirúrgico; ausência de serviço especializado em medicina transgênero; estigmatização do acesso aos serviços de saúde; patologização da orientação sexual e identidade de gênero; desrespeito ao nome social; violências institucionais.
STUTTERHEIM, Sarah E. <i>et al.</i> (2021)	Revisão sistemática com metanálise	98 estudos incluídos (Colúmbia Britânica, Canadá)	Desaprovação da fluidez de gênero e marginalização; discriminação, julgamento e insensibilidade dos profissionais de saúde; limitação da inclusão de indivíduos transgêneros à profilaxia pré-exposição e outros serviços de prevenção, teste, tratamento e cuidados referente ao HIV.
JALIL, Emilia <i>et al.</i> (2017)	Estudo de amostragem	345 participantes (Rio de Janeiro, Brasil)	Desigualdades socioeconômicas, incluindo a instabilidade habitacional; medo da revelação da Identidade transgênero; preconceito por parte da equipe de saúde; falta de conscientização por parte dos profissionais sobre as questões transgênero.

Estudos têm investigado a restrição de PT nos serviços de saúde, visto que a discriminação e as barreiras encontradas a nível sistêmico na APS criam uma cultura que limita o acesso das PT nessa importante ordenadora da rede de cuidados (GILBEY *et al.*, 2020). A fragilidade na formação acadêmica foi identificada na maioria dos estudos analisados, indicando a falta de conhecimento sobre medicina transgênero como um ponto crítico para a disparidade no acesso a cuidados de qualidade para PT (GILBEY *et al.*, 2020; SEHNEM, Graciela *et al.*, 2017; HOLLAND *et al.*, 2024). Dois estudos analisados abordam sobre as políticas organizacionais, indicando que os dados sobre pacientes transgênero não são registrados sistematicamente ou são erroneamente agrupados, dificultando o estudo efetivo das necessidades de saúde desses indivíduos (JALIL *et al.*, 2017; SEHNEM, Graciela *et al.*,

2017). Apenas um dos estudos relata experiências positivas entre os indivíduos transgênero e o uso da APS, sendo a relação médico-paciente adequada o principal fator identificado (HOLLAND *et al.*, 2024). A dificuldade de acesso da população transgênero aos serviços ofertados pela APS é consensual entre todos os artigos revisados. Todos os estudos destacam a necessidade de incluir estratégias para aproximar a população transgênero nesses serviços, enfatizando a importância da capacitação e da informação para a qualificação das práticas de saúde dentro da APS.

A maioria dos obstáculos para o acesso da população transgênera à APS se encontra à nível do próprio sistema de saúde. Dentre as experiências negativas enfrentadas por essa população, a abordagem errônea de pronomes e nomes, perguntas inadequadas, subestimação da gravidade da queixa, além da transfobia evidenciada pelo uso de palavras ofensivas, são fatores agravantes para limitar o acesso pelos serviços médicos (HOLLAND *et al.*, 2024). Ainda sobre as dificuldades no acesso ao cuidado, a falta de profissionais com experiência em medicina transgênero representa um dos maiores componentes inibidores do acesso, o que reforça a educação e treinamentos inadequados ou até mesmo inexistentes em relação a esses cuidados (SAFER *et al.*, 2016). O papel do médico de família e comunidade inclui a prevenção primária e secundária baseada em uma anamnese e exame físico adequados, além das necessidades específicas dos indivíduos transgêneros, incluindo informações sobre cirurgias de afirmação de gênero e manejo de terapias hormonais (SAFER *et al.*, 2016).

Investigar o comportamento sexual é de extrema importância no contexto das mulheres transgênero, dada a alta prevalência do HIV nesse grupo. Uma revisão sistemática com metanálise, publicada em 2011, identificou que indivíduos transgêneros femininos têm uma chance 66 vezes maior de adquirir HIV em comparação com outros indivíduos com mais de 15 anos de idade. De acordo com o estudo, esse fenômeno é global, mas é particularmente acentuado em regiões da África e América Latina, possivelmente devido à maior marginalização desse grupo nessas localidades (STUTTERHEIM *et al.*, 2021). Outro estudo demonstrou poucos recursos nos serviços de saúde relacionados aos cuidados entre as mulheres transexuais HIV positivas, indicando uma taxa de 89,2% de transexuais previamente testadas para HIV, onde apenas 67,2% relatou vínculo ao cuidado (JALIL *et al.*, 2017). Ademais, a lacuna existente no sistema de saúde em relação a epidemia do HIV e as mulheres transgênero, principalmente devido a falhas no sistema de rastreamento e agrupamento desses indivíduos em estudos de outras categorias, dificultam a elaboração de intervenções visando alcançar a supressão viral (JALIL *et al.*, 2017).

Além das doenças infecciosas, as PT devem ser avaliadas quanto à sua história psiquiátrica, considerando que indivíduos transgêneros apresentam uma maior chance de sintomas de depressão clínica e ansiedade, com prevalências de 44,1% e 33,2%, respectivamente. Além disso, observam-se taxas elevadas de ideação suicida nesse grupo. A história social deve ser investigada, incluindo uma análise dos fatores familiares, econômicos e sociais do paciente. Estudos têm correlacionado o aumento do uso de substâncias lícitas e ilícitas por essa população aos maus-tratos vivenciados, com 26% dos entrevistados relatando uso atual ou anterior de álcool ou drogas, e 30% relatando tabagismo atual, alcançando uma porcentagem 1,5 vezes maior do que a observada na população geral (SAFER *et al.*, 2016).

4 CONCLUSÃO

Considerando os desafios enfrentados pela população transgênero no âmbito da APS, é evidente que as principais questões estão intrinsecamente associadas à transfobia, desinformação e, conseqüentemente, uma relação médico-paciente insatisfatória. A falta de conhecimento dos profissionais de saúde da APS reforça atitudes discriminatórias em virtude de um contexto de educação e treinamento inadequados em medicina transgênero. Diante do exposto, é necessário fortalecer as políticas públicas voltadas para esse grupo específico

visando o acolhimento, cuidado longitudinal e capacitação dos profissionais de saúde.

REFERÊNCIAS

GILBEY, Dylan *et al.* Effectiveness, Acceptability, and Feasibility of Digital Health Interventions for LGBTIQ+ Young People: Systematic Review. **Journal of Medical Internet Research**, v. 22, n. 12, p. e20158, 3 dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.2196/20158>. Acesso em: 20 maio 2024.

HOLLAND, Daisy *et al.* The experiences of transgender and nonbinary adults in primary care: A systematic review. **European Journal of General Practice**, v. 30, n. 1, 10 jan. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13814788.2023.2296571>. Acesso em: 20 maio 2024.

JALIL, Emilia *et al.* HIV testing and the care continuum among transgender women: population estimates from Rio de Janeiro, Brazil. **Journal of the International AIDS Society**, 2017; 20(1), 21873. <https://doi.org/10.7448/IAS.20.1.21873>. Acesso em: 08 junho 2024.

JESUS, Mariana Karolina *et al.* Experiências de mulheres transexuais no sistema de saúde: visibilidade em direção à equidade. **SciELO Brasil**, 29 maio 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.220369>. Acesso em: 08 junho 2024.

SAFER, Joshua D. *et al.* Barriers to healthcare for transgender individuals. **Current Opinion in Endocrinology & Diabetes and Obesity**, v. 23, n. 2, p. 168-171, abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1097/med.0000000000000227>. Acesso em: 20 maio 2024.

SPIZZIRRI, Giancarlo *et al.* Proportion of people identified as transgender and non-binary gender in Brazil. **Scientific Reports**, v. 11, n. 1, 26 jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41598-021-81411-4>. Acesso em: 20 maio 2024.

STUTTERHEIM, Sarah E. *et al.* The worldwide burden of HIV in transgender individuals: An updated systematic review and meta-analysis. **PLOS ONE**, v. 16, n. 12, p. e0260063, 1 dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0260063>. Acesso em: 20 maio 2024.

SEHNEM, Graciela *et al.* (Des)preparo técnico-científico para o cuidado às travestis: percepções de enfermeiras(os). **Rev Enferm UFSM**. 2017;7(2):236-47. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2179769223649>. Acesso em 10 junho 2024.